

Reflexão – apresentando o Dossiê Educação e Direitos Humanos

Roseli Fischmann

Ao me ser dada a honra de atuar como *Editor ad hoc* para o presente número da revista *International Studies of Law and Education*, do CEMOROC/USP, para desenvolver o tema da Educação e Direitos Humanos, pensei que seria relevante apresentar trabalhos inovadores. Em especial, porque se vinculam a essa área de modo não tradicional, mas que a ampliam, no aprofundamento de questões relevantes social e academicamente, ainda pouco tratadas.

Ao mesmo tempo, pareceu-me importante destacar a vertente da diversidade na Educação em Direitos Humanos, como proposta por Vera Candau, modelo de educadora e uma das mais destacadas fundadoras da área no Brasil, e como venho trabalhando desde o fim dos anos 1980. Agradeço, profundamente, aos autores e autoras que aceitaram o convite para participar desse dossiê, com desprendimento e dedicação, gerando um trabalho belíssimo no coletivo, que dá gosto apresentar.

O primeiro artigo, *A metáfora de uma vida: homenagem à pesquisa de Rui de Souza Josgrilberg*, de Vitor Chaves de Souza, é um mais que merecido tributo a um docente e pesquisador, que tem sido exemplo para muitos e muitas, no campo da Filosofia, da Teologia, da Educação. Sua vida tem sido um modelo de compromisso ético de educador, no mais pleno sentido da palavra.

Entre outras homenagens e distinções, foi a ele outorgada a Ordem do Mérito dos Educadores Metodistas, criada pelo COGEIME - Instituto Metodista de Serviços Educacionais - em Maio de 1988, a fim de homenagear líderes que contribuem com a Educação Metodista em nível nacional ou internacional. O destacado educador recebeu a honraria no dia 25 de setembro de 2015, em cerimônia que ocorreu durante o XIV Encontro Nacional Metodista de Educadores, na Universidade Metodista de São Paulo. É um exemplo das dimensões fundadoras da relação entre e direitos humanos, onde vida e trabalho em prol da educação se confundem.

O segundo artigo, *Estado laico e ensino religioso nas escolas públicas: o posicionamento da CONIB no STF*, de Roseli Fischmann, esta pesquisadora também no papel de *Editor*, trata desse tema que, em um Estado laico como é o Brasil, tem sido polêmica recorrente, e a atuação do Supremo Tribunal Federal frente à ADI n. 4439. Apresenta, assim, a partir de uma breve introdução histórica, a posição da Confederação Israelita do Brasil, na Audiência Pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal em 15 de junho de 2015, acompanhado de outros documentos desse relevante e controverso processo histórico.

A seguir, uma sequência de três artigos trata de temas vinculados tanto aos direitos de crianças e adolescentes, como ao direito à educação.

No primeiro desse grupo, denominado *Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912)*, de autoria das pesquisadoras e docentes da UFPa, Laura Maria Silva Araújo Alves e Sônia Maria da Silva Araújo, tem cunho documental, analisando a política de assistência, proteção e direito à infância na capital do Pará, a partir da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 1912. Como o estudo relativo ao ensino religioso em escolas públicas, traz a influência de ideais republicanos relativos ao progresso e a discursos de civilização e modernidade, para estabelecer a política social, educacional, econômica e social. Destacam as autoras que Ophir Pinto de Loyola, fundador do IPAI, foi um defensor da assistência médico-social-educacional às crianças pobres, desvalidas, órfãs, maltratadas e enjeitadas na Amazônia Paraense.

O segundo artigo desse grupo ligado ao direito das crianças e adolescentes é de autoria das pesquisadoras Celi Corrêa Neres, docente da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, e de Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, intitula-se, *Inclusão escolar de crianças com deficiência: do direito à matrícula ao acesso ao conhecimento em trajetórias escolares*. Trata-se de estudo que se volta para a análise de aspectos da escolarização de alunos com deficiência em processo de inclusão escolar. As autoras tomam o caso de uma escola comum, no Município de Corumbá/MS, para verificar se, e quanto, é ali garantido o direito ao acesso ao conhecimento das crianças com deficiência, bem como quais são as condições que se oferecem para o desenvolvimento e a aprendizagem. Dentre as conclusões das autoras, uma nada promissora constatação de que, mesmo havendo “a proposta de ‘adequação’ das escolas para o atendimento a todas as crianças”, lamentavelmente no dia a dia da escola “o que ainda se visualiza é a perpetuação de práticas que produzem a exclusão”. Como tratar de educação em/para direitos humanos nessas condições?

Ainda nessa tríade de artigos que lidam com cotidianos educacionais e direitos humanos, o terceiro artigo leva-nos mais uma vez para o universo amazônico, dessa vez voltando-se para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade para frequentar a escola, como atualmente se diz, “na idade certa”. O artigo *Alfabetização de jovens e adultos: superação de autoimagens negativas e direito à educação*, de autoria das pesquisadoras Ivanilde Apoluceno de Oliveira, docente da Universidade do Estado do Pará, e de Margarida Maria de Almeida Rodrigues, Pesquisadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – NEP e membro da equipe técnica da Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua- PA, traz reflexão aprofundada sobre a violação adicional que acompanha a violação ao direito à educação: a violação do direito à liberdade de consciência, mediante autoimagem positiva e confiante do próprio valor.

Ressaltam as autoras que “os analfabetos fazem parte dos grupos sociais excluídos, que no decorrer de sua trajetória de vida vem construindo autoimagens negativas, mediante os fracassos escolares”. Ao ressignificar as autoimagens negativas, por meio da prática pedagógica popular freireana, o que se oferece é a compreensão de que jovens, adultos e idosos são e devem ser tratados plenamente como sujeitos de direitos. Ricas informações empíricas apresentadas constituem

resultados parciais de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, realizada em um centro comunitário, no município de Ananindeua-Pará.

O dossiê passa a apresentar, a seguir, vivências e iniciativas de cunho internacional, envolvendo escolas públicas e seus/suas docentes, já em ação ou em formação. Observe-se que não se trata de discussão simplesmente teórica ou especulativa. São investigações conduzidas efetivamente no calor da vida vivida em cenário internacional. Esse grupo de estudos ligados ao tema da internacionalização da educação básica ou superior, é constituído por quatro artigos.

O primeiro artigo desse grupo traz relato dos pesquisadores Roger Marchesini de Quadros Souza e Edson Fasano, intitulado *O PASEM e a Universidade Metodista de São Paulo: relato de duas experiências de discussão da realidade educacional do Mercosul*, sobre sua vivência como representantes da referida Universidade, da qual são docentes, em atividades distintas do PASEM. A CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação do Ministério da Educação (MEC), desenvolve dois programas que, na Universidade Metodista de São Paulo, são iniciativas do Programa de Pós-graduação em Educação, em um esforço conjunto das duas Pró-reitorias, a de Pós-Graduação e a de Graduação. Refiro-me ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, lá desenvolvido desde 2012 e o Plano Nacional de Formação de Professores – Parfor, em andamento desde 2014. As duas iniciativas contam com apoio das Secretarias de Educação de municípios do Grande ABC paulista, em especial de São Bernardo do Campo, onde se localiza a universidade mencionada.

Essa base da vivência como representantes da universidade, serve de base também para o relato dos autores, sobre sua participação em duas ações do Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul (PASEM) quais sejam, o Seminário PASEM - Caminhos da formação docente no Mercosul, e as Passantias. São oportunidade de debater o urgente e prioritário tema da formação de docentes na/para a escola pública, bem como sua valorização, situando o tema no âmbito regional mais amplo, compreendendo como as práticas desenvolvidas em países vizinhos pode representar um ganho para os formadores e formandos, assim como um alargamento de horizontes, na reflexão compartilhada, no âmbito não apenas de diferentes estados e municípios do Brasil, mas do Mercosul como um todo, contando a iniciativa com o apoio da União Europeia.

Envolvendo também a CAPES, em outra iniciativa de cunho internacional vinculada à formação docente para a educação básica, no segundo artigo desse grupo de programas internacionais, a pesquisadora Rosemeire Aparecida Bom Personi, coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da METODISTA, doutora em Ciências e doutoranda em Educação, oferece resultados preliminares de pesquisa inédita, que resultará em sua tese, voltada para o *Programa Licenciaturas Internacionais Capes/Portugal como agente transformador da educação básica no Brasil*. A autora reflete sobre a relevância desse programa da CAPES, em um quadro nacional de ausência de professores habilitados para ministrar aulas nas escolas em geral, mas especialmente nas escolas públicas.

A seguir, como terceiro dessa vertente internacional, no rastro de Eduardo Galeano, o inspirado e crítico escritor uruguaio falecido em 2015, a pesquisadora Jacira Helena do Valle Pereira Assis, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresenta o relevante artigo *Veias abertas nas fronteiras internacionais do Brasil: percalços na efetivação da educação como um direito universal*. Trata-se de mais um resultado inédito de tema original que a pesquisadora desenvolve desde o final dos anos 1990, ligado ao mundo da escola nas fronteiras internacionais do centro-oeste brasileiro. Em que pesem sua relevância para o tema do direito humano à educação de qualidade e à educação em/para direitos humanos, são situações frequentemente desconhecidas de pesquisadores habituados ao cenário urbano das grandes metrópoles. Entre fronteiras secas e cidades gêmeas, há uma legislação internacional em jogo. Mas há, de modo especial, vidas de crianças e adolescentes que vão em busca de educação de qualidade, que compartilham culturas e línguas, em plurais que se desdobram, para mostrar um universo educacional complexo, cujo estudo tem um potencial heurístico próprio. Nesse âmbito, o artigo traz dados empíricos interessantíssimos, ao mesmo tempo que “apresenta como possibilidade o dimensionamento do Programa Escola Intercultural de Fronteira (PEIF), em desenvolvimento desde 2005 no Brasil com países latino-americanos”.

Finalizando o dossiê, e como quarto e último artigo voltado para as vivências internacionais, o sensível e impressionante artigo da pesquisadora Chie Hirose, do CEMOROC/USP e professora de escola municipal da cidade de São Paulo, oferece relato e reflexão sobre o que leva o título de *Uma experiência de diálogo Brasil-Japão: alunos e professoras de ensino básico*. Trata-se de uma vivência que permite comparação longitudinal, desenvolvida pela dedicação de duas professoras de educação básica, sendo uma a própria pesquisadora, a partir da EMEFM Vereador Antonio Sampaio, e a outra, uma professora de escola básica do Japão. Com grande dedicação (e sem apoio, como infelizmente é tão usual), três docentes promoveram a comunicação entre seus respectivos alunos, voltando-se de modo especial para os temas das culturas de cada grupo de estudantes, dos direitos humanos e da paz, sendo este último, em especial, muito caro ao Japão, como atitude notável em face dos imensuráveis sofrimentos com as bombas atômicas lançadas sobre seu território, em Nagasaki e Hiroshima, em 1945. Em meio aos trabalhos, as perdas sofridas no Japão por mais um tsunami, puderam promover momentos de reflexão e solidariedade, enquanto a pesquisadora aproveita a riqueza da vivência para debater possibilidades vinculadas à proposta de tratamento transversal de temas tão relevantes, de modo substancial, em oposição ao tradicional modo superficial com que se lida mais com as palavras, do que propriamente com seus sentidos e significados, o que de fato impacta e permanece ao se tratar de Educação, *Bildung*, *Paideia*.

Encerrado o dossiê, este número da *International Studies of Law and Education* traz uma parte aberta de alto impacto, pelos filósofos que ali depositam sua notável contribuição: Berthold Wald, Maria de Fátima Simões Francisco & Robson Pereira Calça, e Jean Lauand. A todos e todas, nossos agradecimentos.